

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº ESPECIAL

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 13 DE NOVEMBRO DE 2002

ANO XXVIII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PDT

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSDB

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Luciana Rafagnin</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i>	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i>	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PPS</i>	<i>Marcos Isfer</i>

Representação Partidária

PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Antonio Baratter - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 08: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães - Nelson Justus; PTB - 05: Carlos Simões - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer; PSC - 01: Fernando Guimarães.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA SESSÃO ESPECIAL PARA
APROVAÇÃO DO NOME AO CARGO
DE CONSELHEIRO DO TRIBUNAL DE
CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
REALIZADA EM
13 DE NOVEMBRO DE 2002**
(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Valdir Rossoni e Antonio Anibelli.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Nelson Garcia; PPS: Cezar Silvestri; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PPB: Fernando Ribas Carli; PDT: Antonio Baratter, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PT: Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielese, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Nelson Justus, Plauto Miró Guimarães; PTB: Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti; PSL: Antonio Carlos Belinati; PSC: Fernando Guimarães (41). Achando-se ausentes os seguintes senhores deputados: Edno Guimarães, Ângelo Vanhoni, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins, Carlos Simões, Duílio Genari, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia, Eli Ghellere (12). Em licença o senhor deputado Marcos Isfer (01).

Verificada a existência de número legal e sob a proteção de Deus, declaro aberta a presente

SESSÃO ESPECIAL,

para aprovação do nome para o cargo de conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimento:

REQUERIMENTO Nº 2463

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

soberano Plenário a dispensa de Redação Final para o Projeto de Decreto Legislativo nº 007/2002, item 01 da Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 13.11.2002.

(a) VALDIR ROSSONI

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Esclarecemos ao Plenário que para discussão e votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 007/2002, que aprova o nome do Dr. Fernando Augusto Mello Guimarães para o cargo de conselheiro do Tribunal de Contas do Estado adotará o disposto no artigo 218 e seguintes do Regimento Interno, como segue:

1º - Os oradores deverão inscrever-se antes o início da discussão e do encaminhamento da discussão respectivamente;

2º - Os candidatos inscritos para o cargo de conselheiro do Tribunal de Contas terão direito de usar a palavra por dez minutos, no caso o candidato Fernando, uma única vez, improrrogável e sem apartes;

3º - Durante a discussão cada deputado poderá fazer uso da palavra uma única vez pelo prazo de quinze minutos;

4º - No encaminhamento da votação poderá qualquer deputado falar apenas uma vez, pelo prazo de dez minutos;

5º - Os apartes permitidos pelo orador não poderão exceder a três minutos e não serão permitidos no encaminhamento de votação;

6º - A votação será por escrutínio secreto e ao ser chamado pelo Sr. 1º Secretário o deputado deverá dirigir-se a mesa onde receberá a sobrecarta a seguir dirigir-se à cabine, à direita da mesa, em cujo interior encontrará a cédula de votação contendo o nome do candidato;

7º - Os senhores deputados deverão escolher o nome do candidato de sua preferência, no caso é um candidato, sinalizando com um X no local apropriado da cédula de votação, utilizando as que se encontrarem na cabine indevassável, à direita da mesa;

8º - Após haver feito a sua opção de voto o deputado deverá colocar a cédula na sobrecarta e depositá-la na urna que se encontra sobre a mesa;

9º - Esta presidência deseja salientar que para aprovação do nome proposto pelo projeto de decreto legislativo a Assembléia Legislativa deverá apoiar, em discussão única, por maioria de votos dos deputados, conforme determina o Regimento Interno;

10º - Esclareço ainda a realização de segundo escrutínio dos dois mais votados, que não é o caso.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, eu gostaria de pedir a chamada nominal, dos deputados, antes de falar.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Será feita a chamada nominal pelo 1º secretário, Valdir Rossoni.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Valdir Rossoni**)
(**Procede a chamada nominal**)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)
Trinta e três parlamentares presentes.
Concedo a palavra ao deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Hoje é um dia importante para esta Casa, porque iremos escolher mais um membro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. A escolha que faremos hoje, vem preencher um sentimento da nossa comunidade, um sentimento do povo do Paraná, que é a escolha com qualificação técnica de alguém que tenha conhecimento e alto saber jurídico, para exercer a relevante função de membro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Nós, aqui nesta Casa, levantamos a nossa voz com veemência, quando o governador Jaime Lerner encaminhou para cá mensagem, para nomeação do senhor Gérson Guelman, para a vaga de conselheiro do Tribunal de Contas. Nós nos colocamos contrariamente, não porque tivéssemos algo pessoal contra ele, mas porque, no nosso entendimento, não preenchia o requisito fundamental estabelecido na Constituição da República, que diz ser de alto saber jurídico e de ilibada conduta profissional.

Pelo que sabemos e conhecemos do procurador Fernando Augusto e Mello Guimarães trata-se de um quadro altamente qualificado, altamente especializado e de elevada e ilibada conduta na vida profissional e na vida pessoal.

Por isso, senhor presidente, em nome da bancada do PMDB e da Oposição nesta Casa, queremos aqui dizer que iremos votar todos nós “sim”, iremos votar favoravelmente à nomeação do procurador Fernando Augusto Mello Guimarães para ocupar a vaga de conselheiro do egrégio Tribunal de Contas do Estado do Paraná, e esperamos que com esta nomeação possa a participação desse renomado profissional, jurista que foi às barras dos tribunais para exigir que a Constituição fosse respeitada e que a vaga de conselheiro fosse destinado aos funcionários de carreira do Tribunal de Contas.

Ele, Dr. Fernando, com quem por algumas vezes confabulei, com quem lá no Tribunal algumas vezes troquei informações, observei tratar-se de um funcionário decente, qualificado, competente, sério e distinta, que vai engrandecer o Tribunal de Contas do nosso Estado. É isso que o povo do Paraná quer, é isso que nós precisamos, é desta gente que precisamos ter no Tribunal de Contas, pessoas que sejam imparciais, que sejam corretas, que sejam sérias, que coloquem acima dos interesses políticos e pessoais, os interesses do povo do nosso Estado.

Desta forma, senhor presidente, em meu nome, em nome do meu partido, PMDB, e creio que em nome de todos os partidos que compõem a Oposição até o dia 31 de dezembro aqui nesta Casa, dizer que o nosso voto será “sim”. Iremos votar favoravelmente, e queremos credi-

tar, confiar que a designação do procurador Fernando Guimarães vai efetivamente contribuir de forma maiúscula para o crescimento do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, pela valorização do Tribunal de Contas, pelo respeito do Tribunal de Contas, pelo cumprimento do seu papel institucional de fiscalizar, de cumprir com o seu dever numa ampliação correta do dinheiro público.

Desta forma, quero manifestar-me no dia de hoje. Não vou entrar aqui nos detalhes do currículo do candidato a vaga de conselheiro do Tribunal de Contas, porque creio ser por todos conhecido, e a nomeação de um procurador para a vaga de conselheiro do Tribunal é mais do que justa, funcionário de carreira, incluído nos quadros do Tribunal de Contas através de concurso público para o qual se habilitou, através da sua capacidade profissional, da sua sabedoria e da sua ilibada postura na vida profissional e, com certeza, pessoal.

Desta forma, senhor presidente, encaminho favoravelmente a votação para que o Dr. Fernando Augusto Mello Guimarães seja, a partir de amanhã, o novo conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

O SR. NEIVO BERALDIN (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, senhores deputados.

Se não me engano, esse momento já se repete na minha vida parlamentar para referendar ao Tribunal de Contas, 5 ou 6 conselheiros. Agora, é público e notório que gostaria que este cargo fosse ocupado através de um concurso público. É público e notório que tenho reclamado inúmeras vezes dos conselheiros do Tribunal de Contas, mas também é público que tenho enaltecido os técnicos do Tribunal de Contas.

Acredito que esta Casa precisa, mais do que nunca, dos técnicos do Tribunal de Contas, para exarar com exatidão, para fiscalizar com zelo a aplicação do dinheiro público. É costumeiro no Tribunal de Contas do Paraná, os técnicos identificam as irregularidades que têm na aplicação do Fundef, escrevem a malversação do dinheiro público na questão do Banestado, identificam o descaso com a administração das empresas de economia mista, e quando chega na instância superior, que é exatamente a dos conselheiros, é amenizado com um parecer prévio e via de regra, sempre pela aprovação.

Quer dizer, os conselheiros remetem sempre a esta Casa, como remeteram de todas as contas do Governo do Paraná, com parecer prévio favorável. E esta Casa, pelo conselho que recebe do Tribunal de Contas, acaba aprovando sem ter maiores documentos em mãos, tendo em vista que acreditam nos técnicos do Tribunal de Contas. E esta Casa tem que se valer deles.

O meu pedido e a minha palavra, a de ser mais uma vez para pedir aos conselheiros do Tribunal de Contas: quem assumir a função que deixe de lado a política, cumpram a sua função, porque este País está carente de que as pessoas, sobretudo aquelas que ocupam cargo público, façam bem feito a sua função a fim de que pos-

samos vislumbar um Estado mais ágil, mais correto na aplicação dos seus recursos, porque não adianta o Tribunal de Contas denunciar que as obras não foram feitas, que tem 500 obras paradas no Paraná. É função do Tribunal fiscalizar desde o início do projeto até a execução da obra, não depois ocupar manchete de jornal dizendo: “Tem obra parada em todo o canto do Paraná. Tem obras superfaturadas.” Onde está o acompanhamento necessário e fundamental, tendo em vista que lá tem uma assessoria técnica, técnicos contábeis, técnicos engenheiros, contadores, gente preparada para fiscalizar com mais rigor todas as ações governamentais?

Senhor presidente, nunca vi o Tribunal de Contas remeter a esta Casa um parecer contrário das contas de um governador do Paraná. Até do Jaime Lerner, vieram todas com parecer prévio favorável, onde se extornou empenhos, falsearam uma prestação de contas! Aí o Tribunal, o conselheiro escreve, embora tendo uma atitude recomendável tecnicamente, assinamos e recomendamos pelo sua aprovação!

Nunca vi o TC rejeitar as contas da Prefeitura de Curitiba nem de Maringá e nem de Cascavel ou Foz do Iguaçu! Sempre vi o TC fiscalizar com rigor os pequenos municípios, identificar a não aplicação eventual do dinheiro do Fundef, mas nunca vi o TC dizer que o governo do Paraná desviou recursos do Fundef, não aplicou os recursos conforme determina a lei, mas hoje, esta é apenas uma oportunidade para mais um desabafo e para dizer que vou mais uma vez cumprir o meu dever, votando para o conselheiro Fernando, tendo em vista que ele foi escolhido. Os procuradores têm o direito.

Ele veio referendado, veio com indicação do governo. É um técnico do TC e a ele deposito a minha esperança, mas, mais uma vez, gostaria que o Dr. Fernando, como técnico, reparasse que aqueles técnicos que identificam as irregularidades do governo nas mais diversas pastas, como aquela recentemente, do Meio Ambiente, dos Jogos Mundiais da Natureza, aqueles técnicos que identificaram o rombo do dinheiro público, como será que eles estão se sentindo, como alguém que identificou um prejuízo do dinheiro público, e a instância superior aprova, a instância superior dá o parecer contrário àquilo que está escrito nos autos?

Dr. Fernando, como técnico, espero de V. Exa. um comportamento diferenciado, espero que não indique, como candidato, um parente ou alguém para ocupar o Poder, porque terá o poder na mão para fiscalizar os pequenos municípios. Espero ver retomado o espaço da dignidade e da decência. Por isso, Dr. Fernando, conte com o nosso apoio e nosso voto, na certeza de que estaremos aqui sempre para evidenciar os equívocos e os desvios que fazem muitas vezes com o dinheiro público, em nome da nossa população.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Com a palavra, pela ordem, ao deputado Zucchi e posteriormente, ao deputado Durval Amaral.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Senhor presidente, deputados, eu gostaria de dizer que durante o pouco tempo que estou aqui, até porque eu sou bastante novo, para não falar, neófito, na política, já acompanhei várias votações do TC. A última, vou copiar o Algaci: “nos deixou num pacal de bico”. De um lado, o nosso grande companheiro, parlamentar desta Casa, atuante, respeitado por todos nós, Basílio Zanusso, que está aqui. De outro lado, o tal do Alemão, o nosso amigo Heinz Herwig. Todo mundo sabe das funções que ocupou no Executivo Estadual, aqui nesta Casa, companheiro de todos e que nos deixava numa situação tão difícil, tanto que foi expressado pelo resultado - um voto. Um voto! O Heinz está lá no Tribunal e o Basílio está conosco em mais esta legislatura.

Ouvi com atenção o pronunciamento do deputado Beraldin, e chega nesta hora o seguinte: alto saber jurídico, competência ilibada, grande procedimento. Tudo certo. É hoje. Por isso perguntei se estava aqui o Dr. Augusto Mello Guimarães, porque todos sabem do procedimento técnico que tem ele no TC, pelo menos aqueles que acompanham alguma coisa do Tribunal. Mas a questão não é essa.

É verdade, deputado Beraldin, o Tribunal muitas vezes não acata o parecer dos técnicos que dizem que encontraram problema na análise de contas, mas vamos fazer a nossa *mea culpa*.

Quantas vezes esta Assembléia rejeitou as contas do governador, porque o Tribunal não julga; quem julga somos nós aqui? Também não derrubou! Também não reprovou a conta do governador.

Então, a questão do Tribunal é de concepção, é do que ele tem que fazer na sua ausência, acompanhamento, fiscalização. Emite o parecer e obviamente tem que se valer dos técnicos que estão no Tribunal!

Estou dizendo que vou votar no Procurador Fernando Augusto Mello Guimarães. Para não dizer que não conversei com ele, tive a oportunidade de encontrá-lo ontem e ele me cumprimentou, mas sei da sua atuação no Tribunal, enquanto técnico.

Vou resumir aqui, numa analogia bastante simples, mas que na minha opinião serve para identificar por que vou votar. Eu poderia chegar aqui e dizer: “Não vou votar”. Por que vou votar? Já que não podemos mudar a CBF, que sejam escalados os melhores jogadores! Porque se fosse para nós discutirmos a questão do Tribunal, todo mundo sabe que não pode ser desta forma como foi aquilo que foi evidenciado com relação ao Banestado, por exemplo. Não é possível! Com relação ao Fundef, com relação àquele negócio do Histoshi Nakamura, do nosso secretário de Meio Ambiente, aquilo foi e voltou, foi e voltou, e continuamos aí!

Para resumir, quero dizer que vou votar no Dr. Fernando Augusto Mello Guimarães pela carreira que tem lá no TC, por ser ele indicado na forma da lei e porque é do nosso dever reconhecer aqueles que efetivamente, na sua função, desempenham com competência.

Tudo aquilo que eu vou falar do Dr. Fernando nos leva a crer que nós podemos ter, além de um conselheiro, alguém que realmente reconhece profundamente as questões ligadas à administração pública e pode ele, com o seu conhecimento jurídico, pessoal e com o caráter que tem - o que é fundamental - porque homens, com o conhecimento que tiverem, se não forem pautados pelo caráter, nada os segura! Pode ser o mais profundo conhecedor de tudo o que for possível do ponto de vista humano. Se não tiver caráter, se não tiver conduta ilibada, não há o que faça preservar a função, para o qual foi escolhido.

Da minha parte, terá o nosso voto, apenas com esta ressalva. Não gosto muito de que aqui toda vez se comente sobre os problemas do TC. Só que tem uma coisa: cabe à Assembléia Legislativa julgar. Julgue-se aquilo que tem ser julgado.

No mais, felicidades ao Dr. Fernando Augusto Mello Guimarães, na sua investidura no cargo de conselheiro do Tribunal de Contas, e a minha homenagem ao deputado Basílio Zanusso, que não votei nele e ele sabe, porque falei que não votaria. Votei no Heinz para ser Conselheiro. Reconheço o seu valor, a sua história e o merecimento que tem.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com a palavra o deputado Durval Amaral, pela ordem.

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente, senhores deputados, ilustre Dr. Fernando, meus colegas.

Este é um momento único, talvez, na Assembléia Legislativa, neste ano. Único pela relevância do cargo que neste momento vamos decidir quem será o próximo Conselheiro do Tribunal de Contas, onde temos a oportunidade de ver, de presenciar - tanto os deputados da Situação, quando os da Oposição encaminharem e, com certeza, escolhendo por maioria absoluta, quem sabe até por unanimidade o futuro conselheiro, Dr. Fernando.

Fico, presidente, me perguntando como é que para essa investidura tão importante, alguém pode chegar neste momento conseguindo a unanimidade desta Casa!

Com toda certeza a explicação é muito lógica: méritos pessoais do conselheiro Dr. Fernando. Méritos pessoais por ter cursado uma universidade na Faculdade Curitiba, ter se formado, e antes mesmo de estar formado, já trabalhava como cartorário, como auxiliar de cartorário na 10ª Vara da cidade de Curitiba, depois como funcionário público na Mineropar. Depois, em 1994, aprovado em 1º lugar, no concurso para procurador do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Da mesma forma que ainda, muito jovem, com certeza, trabalhava lá, atendendo o povo e atendendo a todos aqueles que se dirigiam ao cartório da 10ª Vara, ele continuou como procurador geral do Tribunal de Contas, atendendo com respeito, exercendo a sua função com dignidade, que, aliás, todos

nós que exercemos uma função pública devemos fazê-la com dignidade, com seriedade.

Dois cursos de especialização, com carga horária de mais de 360 horas. Dois grandes mestres, um inclusive já falecido: dr. Geraldo Ataliba, que foi meu professor e um grande administrativista, Dr. Celso Antonio Bandeira de Mello, que também tive a oportunidade de ter aulas com ele. Um homem que chega à condição de ser conselheiro - com certeza nas próximas horas do Tribunal de Contas, pelos seus méritos, por atender a todos, independentemente de ser deputado, de ser prefeito ou de ser, simplesmente um cidadão. Um homem que, com toda a certeza, realiza uma antiga aspiração da própria Assembléia Legislativa.

Que os auditores, que os procuradores, através do que determina a lei e a Constituição, pudessem ser levados à condição de conselheiro. Aliás, condição também dada ao Parlamento, que já encaminhou para o Tribunal de Contas vários parlamentares.

Condição que também tem o chefe do Poder Executivo de indicar os seus representantes. E, com toda certeza, os procuradores, os auditores foram aguerridos na luta para defender essa indicação e conseguiram assegurar na Justiça, que é sempre a última instância, onde todo e qualquer cidadão deve recorrer quando se sente ferido no seu direito. Conseguiram uma decisão do Supremo Tribunal para que essa vaga fosse dos procuradores junto ao Tribunal.

Por isso, fico muito tranquilo. É um momento único na história da Assembléia. Ontem, ainda, vivíamos aqui, deputado Basílio, um grande embate, uma grande discussão entre os colegas parlamentares e hoje vivemos um clima de unidade. Um clima de consenso, de união pelo mérito que reúne o Dr. Fernando.

Eu não precisaria nem encaminhar, mas com toda a certeza, tanto os deputados de Situação, quanto os que compõem a gloriosa e honrada bancada de Oposição, lhe darão os votos necessários para que o senhor possa ser o representante da sociedade paranaense junto ao Tribunal de Contas, na posição mais sublime, na posição que todo e qualquer cidadão do Paraná gostaria de estar, conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná!

Conte conosco, conte com a Assembléia Legislativa! Muito obrigado, e parabéns!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não havendo mais oradores inscritos, passo a palavra ao Dr. Fernando Augusto Mello Guimarães.

O DR. FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES

Exmo. Sr. Presidente desta augusta Corte, em nome de quem saúdo todos os membros da Mesa, Exmos. Srs. Deputados aqui presentes.

Na realidade eu não me agüentei. Estava no Tribunal quando me avisaram que ia começar a Sessão Especial que, para mim, tem um significado muito especial, muito mesmo! Não porque é Sessão Especial, mas

porque representa dias, meses de lutas, de sonhos, de objetivos conquistados, não pessoalmente, mas a minha instituição, Tribunal de Contas, a minha instituição, Ministério Público, junto ao Tribunal de Contas.

E não imaginava que fossem falar, nesse egrégio plenário, sobre a minha indicação, sobre o meu nome que está à apreciação deste Plenário. Apenas gostaria de reafirmar aquilo que disse ontem, na Comissão, que me encheu de orgulho, não só a presença de meus colegas funcionários, servidores da Procuradoria do Tribunal aqui presentes, mas de estar nesta Casa, representante legítima da sociedade paranaense, na sua Comissão já era motivo de orgulho, quanto mais estar aqui presente, no plenário. Eu estava ali ao lado, me segurando, escutando as palavras dos deputados que fizeram uso dela, Durval, Neivo, Nereu Moura, Augustinho Zucchi, foram as que eu peguei, que participei; foi duro de segurar o coração. Quem me conhece sabe que sou emotivo; só isso já está valendo! Só o reconhecimento todo que tive, já valeu! Só os dias que estive aqui nesta Casa, conversando com deputados, alguns não consegui falar porque não pude encontrar, ou por minha ausência ou por ausência temporária do parlamentar, mas deixei currículo, deixei telefone, já serviu de muita coisa. Aprendi bastante, aprendi que um relacionamento se faz com sinceridade, com o olho no olho, não só com palavras.

Compromisso que já fiz comigo, ontem à noite, na madrugada, reafirmei ontem na Comissão, estou reafirmando perante todos os representantes do povo paranaense: vou procurar fazer o melhor de mim, se indicado for. Vou procurar uma postura, no mínimo, coerente; erros todos nós cometemos, mas dentro dos erros, inclusive de todos os pareceres que já dei até hoje, votos que darei depois, estou à disposição para qualquer esclarecimento. Tenho a consciência tranqüila que procurei, dentro da minha convicção, dentro do meu senso de justiça, aplicar da melhor forma os instrumentos que tinha disponíveis.

Evidentemente que alguns processos podem ser mal esclarecidos, apenas com notícias, apenas com resultados sumários do julgamento, isso me disponho a tornar claro para qualquer parlamentar, a qualquer cidadão que a mim procurar, seja como procurador, seja como conselheiro, no mínimo a explicação devida, no mínimo um detalhamento daquela posição que foi colocada num voto ou num parecer. Acho que é isso que a sociedade espera e estou consciente que a responsabilidade desse cargo, não só por ser conselheiro, e disse ontem, na Comissão, que eu prefiro a denominação de conselheiro do que de ministro, utilizada no TCU, porque é utilizada a nossa Lei Orgânica de 67, ainda, porque ministro pressupõe o quê? Uma autoridade máxima, e conselheiro não; conselheiro, antes de tudo, tem a tarefa de aconselhar, tem a tarefa de prevenir, tem a tarefa de buscar administrar a coisa pública. Por isso eu prefiro, mil vezes, a palavra conselheiro!

E esta linha de atuação vou procurar manter.

Estou à disposição a qualquer momento, agora e depois para qualquer questionamento, qualquer dúvida sobre a minha posição, sobre o meu currículo, sobre dados. Enfim, acho que a audiência pública, que eu achava ter terminado ontem, de surpresa continua, e com muita satisfação.

Peço desculpas às palavras mal articuladas, porque quem me conhece sabe o que estou sentindo por dentro. Mesmo que meu nome não seja aprovado, quero dizer que sou muito grato por estar vivendo este momento de transição, que se iniciou a partir da Lei de Responsabilidade Fiscal. É um momento de transição política do Executivo, estadual e federal. É um momento de transição de comportamentos, de condutas e de costumes. Só isso já está valendo, e já torna toda a minha existência dentro do Tribunal de Contas, que se iniciou por acaso.

Não busquei o Tribunal, ele apareceu na minha vida, e graças a Deus, graças aos meus colegas que me ajudaram, e muito, a construir todo esse currículo, que não é muito, mas pelo menos foi dedicado durante dez anos só para Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Sei que muito podemos fazer. Algumas coisas inclusive dependem desta augusta Casa de Leis. E tudo o que precisarem, senhores deputados, como colaboração em projetos de lei, em sugestões, contem comigo, seja como conselheiro, seja como procurador, como sempre estive à disposição e disse para todos os deputados, para encerrar a minha fala, que estou hoje aqui pedindo voto para conselheiro, porque sou um servidor público, esta condição que me colocou nesta tribuna, neste momento histórico, e como servidor, as minhas portas necessariamente têm que estar abertas.

Isso não é demagogia, é uma convicção própria de um técnico que tem muito para contribuir, dentro das suas limitações pela sociedade paranaense.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 40 senhores deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados.

ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - do Projeto de Decreto Legislativo nº 007/2002, autoria da Comissão Executiva, aprova o nome do procurador Fernando Augusto Mello Guimarães para ocupar o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. **PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO ESPECIAL.**

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 007/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica aprovado o nome do procurador Fernando Augusto Mello Guimarães para ocupar o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Art. 2º - Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio 'XIX DE DEZEMBRO', em 12.11.2002.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

COMISSÃO ESPECIAL

P A R E C E R :

Relatório

Através do Ato de Presidente nº 01/2002, de 11 de novembro de 2002, foi constituída a Comissão Especial para opinar sobre a indicação do Procurador Fernando Augusto Mello Guimarães para ocupar o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

A Comissão Especial é composta pelos senhores deputados Duílio Genari, Eli Ghellere, Plauto Miró Guimarães, Edson Strapasson e Nelson Tureck.

Por entendimento do Supremo Tribunal Federal, manifestado nas ADIN's nºs 2208-3 e 2843, confirmando a decisão do Supremo Tribunal de Justiça, manifestou-se aquela Corte que a vaga de Conselheiro atualmente vaga, deve ser preenchida através de lista tríplice ou dentre os membros do Ministério Público ou dos auditores, mediante escolha do governador do Estado.

Assim sendo, em cumprimento a decisão da mais alta Corte de nosso País, o senhor governador, através da Mensagem nº 047/2002, datada de 23 de outubro de 2002, escolheu o Dr. Fernando Augusto Mello Guimarães e através da mesma Mensagem submete o nome deste para aprovação por esta Assembléia Legislativa.

Fundamentação

Na data de 12 de novembro do corrente ano, na Sala de Reuniões das Comissões, às 10:30 horas, reuniu-se esta Comissão Especial com a presença dos senhores deputados membros da mesma, sob a presidência do senhor deputado Duílio Genari com o fim específico de sabatar o procurador Fernando Augusto Mello Guimarães e deliberar sobre a sua indicação para preenchimento do cargo de conselheiro do Tribunal de Contas do Paraná.

Formuladas as perguntas pelos senhores deputados presentes e devidamente respondidas pelo senhor procurador, deu-se esta comissão por satisfeita.

Conclusão

Pelo acima exposto, esta Comissão Especial opina favoravelmente pela aprovação da indicação do procurador Fernando Augusto Mello Guimarães para preencher o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do

Paraná, já que o indicado demonstrou possuir idoneidade moral e ilibada reputação, assim como ter notórios conhecimentos jurídicos, econômicos, financeiros, contábeis e mostrou-se grande conhecedor da administração pública, satisfazendo assim os requisitos exigidos pelos incisos II e III do artigo 77 da Constituição do Estado do Paraná.

É o parecer favorável.

Sala das Comissões, em 12.11.2002.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito ao senhor 1º secretário Valdir Rossoni, que dê início a chamada nominal para votação.

Informamos aos senhores parlamentares, que para aprovação do nome do Dr. Fernando é maioria simples, e aqueles que votarem pela aprovação, tem que usar a cédula branca Sim!

O SR. 1 SECRETÁRIO (**Valdir Rossoni**)

Procede a chamada nominal dos senhores deputados.

13 deputados ausentes.

01 deputado está em licença.

40 deputados votantes, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito aos deputados Nereu Moura, Durval Amaral e Cezar Silvestri formarem a Comissão de escrutínio.

(Procede o escrutínio dos votos)

Está aprovado o nome do conselheiro Fernando Augusto Mello Guimarães por unanimidade dos senhores deputados presentes.

Votaram quarenta parlamentares. Quarenta votos pela aprovação do seu nome.

Face à apuração dos votos, declaro aprovado por este Poder Legislativo o nome do Dr. Fernando Augusto Mello Guimarães para o cargo de conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Sobre a mesa, Requerimento nº 2463, de autoria do senhor deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo as tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 14, horário destinado aos trabalhos das Comissões.

Marco ainda uma Sessão Ordinária para segunda-feira dia 18, à hora regimental, com a Ordem do Dia a ser anunciada.

Levanta-se a Sessão.